

Lá faz primavera, pá

A cerimónia de tomada de posse de Lula traz uma mensagem de esperança para todas e todos que habitam no Brasil e também para nós, cá em Portugal.



Cristina Roldão

5 de Janeiro de 2023, 7:26

A tomada de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi um momento significativo da vida política internacional, entre outras coisas pela representatividade da sociedade brasileira. Entre outras pessoas, fizeram parte daquele momento Aline Sousa, mulher negra dirigente de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, que colocaria a faixa no novo presidente; Ivan Baron, um *influencer* digital e ativista da luta anticapacitista; e Raoni Metuktire, do povo caiapó e uma das mais antigas e reconhecidas lideranças do movimento indígena e ambientalista pela Amazônia.

Haverá quem diga que a tomada de posse não foi mais que uma encenação. Mas poderá um ritual de consagração ser outra coisa? Uma tomada de posse é uma performance, uma metáfora sintetizadora de processos mais complexos de passagem do poder para novas mãos, para um novo projeto coletivo. E isso é particularmente importante porque é indicativo de uma orientação política que assume a diversidade do Brasil e se compromete “com os de baixo”. E nesse sentido traz uma mensagem de esperança para todas e todos que habitam no Brasil e também para nós, cá em Portugal.

Poderia ser uma representatividade meramente “quantitativa”, como aquela que abordei noutro texto a propósito da realidade portuguesa, mas não o é por, pelo menos, duas razões. Em primeiro lugar, a representatividade étnico-racial nas eleições brasileiras não se limitou ao ritual da tomada de posse, ela é parte integrante da composição dos ministros do novo governo. Acresce que esses titulares não têm apenas o fenótipo, têm um percurso de militância nessas lutas; discutem publicamente o racismo estrutural (não se cingem ao racismo quotidiano, à discriminação interpessoal) e são propositivos no plano institucional da concepção de políticas. É o caso de Anielle Franco (ministra da Igualdade Racial); de Sônia Guajajara (ministra dos Povos Indígenas) e de Sérgio Almeida (ministro dos Direitos Humanos). Qualquer um deles dispensa apresentações e tem um percurso próprio de confrontação pública e política.

Em segundo, aos sectores representados pelos corpos que subiram a rampa do Palácio do Planalto ao lado de Lula correspondem estruturas políticas efetivas, designadamente o Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Igualdade Racial e o Ministério das Mulheres. Essas propostas vêm na sequência de um percurso de compromisso político, não sem impasses, com aqueles domínios. Disso são exemplo a antiga Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a implementação das cotas étnico-raciais de acesso ao ensino superior, a introdução do currículo afro-brasileiro e a titulação de terras quilombolas.

É verdade que nem as mulheres, nem as pessoas negras, cada uma representando mais de 50% da população brasileira, ocupam metade dos lugares ministeriais do novo governo; que falta derrotar o bolsonarismo; que este governo de Lula se funda em coligações difíceis e contraditórias; e que a representatividade só por si não resolve os problemas. Temos de aguardar para ver os resultados, mas há coisas com que desde já poderíamos aprender. Uma tem que ver com o não escamoteamento das questões raciais, de que são exemplo: a diluição na pasta da "cidadania e igualdade" ou na das migrações; as cotas indiretas de acesso ao ensino superior; a proposta de desaparecimento da palavra “raça” como base de discriminação sancionada pela Constituição, reduzindo tudo à “etnia”; a recusa em monitorizar nos Censos as desigualdades étnico-raciais; a recusa em entender o racismo como continuidade colonial.

Outra é a capacidade de um partido que tem a sua origem no movimento sindical conseguir aliar-se às forças vivas dos movimentos negros, das mulheres e LGBTQIA+, sem se perder nas discussões estafadas sobre a preponderância da classe ou sobre as divisões “identitaristas”. Outra lição, e bastante oportuna, é que a legitimidade política exige sair do ciclo de fechamento sob sectores privilegiados da sociedade. A representatividade política não é um favor que se presta a “coitadinhos”, é uma necessidade da própria democracia que, sem ela, apodrece.

A autora é colunista do PÚBLICO e escreve segundo o novo acordo ortográfico